

MOTIVOS QUE GERAM A EVASÃO ESCOLAR: ASPECTOS EDUCACIONAIS, SOCIAIS, POLÍTICOS E CULTURAIS.

PRAZERES, Ederlanya

RESUMO

As mudanças ocorridas desde o ponto de vista pedagógico e metodológico na EJA, a escola José de Alencar tem apresentado um grande índice de evasão nos últimos três anos, o que nos levou ao seguinte questionamento: quais as causas da evasão dos alunos de 1ª e 2ª séries do 3º segmento da Educação de Jovens e Adultos da Escola de Ensino Médio no município de Rorainópolis do Estado de Roraima? O quadro educacional brasileiro é ainda bastante insatisfatório, colocando o Brasil em desvantagens na área de educação, e, no Estado de Roraima, e no município de Rorainópolis não poderia ser diferente, pois temos um fluxo muito grande de famílias que emigram com frequência, outras necessitam trabalhar para se auto sustentarem podendo não conciliar estudo com o ritmo de vida social, que estabeleceram para a sua vivência. A metodologia usada foi de base qualitativa, privilegiando os aspectos interpretativos, com análise dos dados coletados diante dos autores usados no Marco Teórico. A tríade de elementos para análise dos ICD, alcançando os resultados da pesquisa, compõe o centro do triângulo. Podem-se verificar os dados que mostram as causas da Evasão, na visão do aluno e as causas da evasão na visão do professor. No centro do processo são as causas que coincidiram na visão do aluno e do professor.

Palavras-chave: Evasão Escolar, Causas, Motivos e Família.

RESUMEN

Los cambios ocurridos desde el punto de vista pedagógico y metodológico en la EJA, la escuela José de Alencar ha presentado un gran índice de evasión en los últimos tres años, lo que nos ha llevado al siguiente abordaje: ¿cuáles son las causas de la evasión de los alumnos de 1ª y 2ª serie del 3º segmento de la Educación de Jóvenes y Adultos de la Escuela de Enseñanza Media en el municipio de Rorainópolis del Estado de Roraima? El cuadro educativo brasileño es todavía bastante insatisfactorio, colocando a Brasil en desventajas en el área de educación, y, en el Estado de Roraima, y en el municipio de Rorainópolis no podría ser diferente, pues tenemos un flujo muy grande de familias que emigran con frecuencia, otras necesitan trabajar para autosostenerse pudiendo no conciliar estudio con el ritmo de vida social, que establecieron para la su vivencia. La metodología utilizada fue de base cualitativa, privilegiando los aspectos interpretativos, con análisis de los datos recogidos ante los autores usados en el Marco Teórico. La tríada de elementos para el análisis de los

ICD, alcanzando los resultados de la investigación, compone el centro del triángulo. Se pueden verificar los datos que muestran las causas de la Evasión, en la visión del alumno y las causas de la evasión en la visión del profesor. En el centro del proceso son las causas que coincidieron en la visión del alumno y del profesor.

Palabras clave: Evasión Escolar, Causas, Motivos y Familia.

1 INTRODUÇÃO

Nesta concepção de enfrentar as condições impostas pela sociedade e de superar o preconceito que cerca o analfabeto, é que o Jovem e o Adulto procuram a escola como estratégia para amenizar a desigualdade social.

Para atender melhor o alunado do município, foi criado um novo Núcleo de Educação de Jovens e Adultos pelo Decreto nº. 4.068, de 08 de novembro de 2000, no município de Rorainópolis.

Os alunos procuravam o centro de Rorainópolis para efetivarem suas matrículas, e cursavam a disciplina que tinham escolhido, após alcançarem médias deveriam optar por outra e assim eles cursavam todo o segmento que haviam se matriculado, estudando disciplina por disciplina.

Em 2003 as escolas estaduais e municipais passaram a atender os alunos Jovens e Adultos nos três segmentos através de uma matriz curricular de forma seriada e não disciplinar como era anteriormente

A Escola Estadual José de Alencar situada em Rorainópolis (Local que contém a amostra da pesquisa) por ser uma instituição de ensino médio, foi uma das escolas que começou a atender os alunos de Educação de Jovens e Adultos, nos turnos vespertinos e noturnos, do 3º segmento nas séries: 1º, 2º e 3º ano.

Estes realizavam as matrículas por série, e não por disciplina como era feito anteriormente, ao cursarem a série, que tem a duração de seis meses, com carga horária total de 100 horas aulas o semestre, deveriam matricular-se na série seguinte até concluir o curso. No subcapítulo anterior, foi exposta a nova Matriz Curricular aprovada pelo Conselho Estadual de Educação de Roraima, mediante o Parecer nº. 111/07.

1 NATUREZA DO OBJETO DE PESQUISA

Sabemos que o problema da evasão e da repetência escolar no nosso país e até mesmo no nosso município, tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelas redes do ensino público, pois as causas e as consequências estão ligadas a muitos fatores como social, cultural, político e econômico, como também a escola onde professores com uma prática didática ultrapassada têm contribuído a cada dia para o problema se agravar.

Este estudo tem o objetivo de pesquisar o que está acarretando a evasão de alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e talvez garantir a permanência destes em sala de aula, pois são resultados de uma massa popular, que não tiveram acesso à escola na idade ou não tiveram a possibilidade de continuarem seus estudos por inadaptação às práticas escolares.

Os jovens e adultos buscam a escola esperando encontrar instrumentos que os auxiliem a viver no mundo da informação, a elaborar pensamentos e agir com criticidade. Entretanto, no decorrer do ano, as dificuldades da luta pela sobrevivência, do medo do ridículo, o cansaço e as preocupações próprias dos adultos são ingredientes para a evasão.

Podemos analisar a escola desde o convívio do educando e suas relações com os educadores, pois sabemos que a nossa comunidade está inserida em um município carente com poucos recursos, na qual não tem condições de gerar renda e as camadas populares tornam-se ociosas e sem perspectivas devida.

Entretanto, a evasão escolar está interligada a muitos fatores, cabe hoje a escola refletir e questionar: Qual a sua contribuição negativa e buscar metas e ações que possam amenizar este problema? O educando adulto é antes de tudo um membro atuante da sociedade, não por ser um trabalhador, mas um indivíduo que necessita ser respeitado pelos princípios moral e ético. Ele é portador de ideias e sentimentos, dotado de uma capacidade intelectual que deveria ser respeitada no contexto em que ele quer se inserir, contexto esta chamada escola, que desenvolve suas concepções pedagógicas fora da realidade do aluno, como se ele não fosse um indivíduo presente e pensante, assim como todos os demais estudantes.

Para abordar o tema das Políticas Educacionais faz-se necessário recorrer às Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) no Brasil e qual a importância na Educação de Jovens e Adultos.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei n 4.024/61, artigo 27 diz: “O ensino é obrigatório a partir dos 7 anos e só será ministrado na língua nacional”. A lei também previa que aos que iniciassem depois dessa idade, seriam formadas classes especiais ou cursos supletivos correspondente ao seu nível de desenvolvimento. Determinava ainda, no artigo 99, que aos maiores de 16 anos seria permitida a obtenção de Certificados de Conclusão do Curso Ginásial, mediante a prestação de exames de Madureza e, aos maiores de 19 anos seria conferida o Certificado de Conclusão do Curso Colegial.

A lei n 5692/71 consagrara a extensão da educação básica obrigatória de quatro para oito anos, constituindo o ensino de primeiro grau e, concomitantemente, dispôs as regras para o provimento da educação supletiva que corresponde ao ensino de jovens e adultos.

Pela primeira vez a educação voltada a esse segmento mereceu um capítulo específico na legislação educacional. Prevista na lei, ela se concretizou na possibilidade de organização do ensino nas modalidades: Cursos Supletivos, Centros de Estudos e Ensino a Distância. Além dessas modalidades, a lei 5692/71 manteve os Exames Supletivos como mecanismos de Certificação, atualizando os Exames de Madureza já existentes.

2 MARCO TEÓRICO

Na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei n 9394/96, consta no Título V, Capítulo II, Seção V, dois Artigos relacionados, especificamente, à Educação de Jovens e Adultos, no seu artigo 37:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderem efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38 – Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I. no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II. no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Diante do exposto, a educação tomou um novo sentido, sendo uma obrigação do Estado, um direito do cidadão que não pode ou que não teve a oportunidade de concluir o Ensino Fundamental e Médio no tempo apropriado para estes níveis de ensino.

A nova LDB adequou o Ensino Supletivo aos objetivos e formas de atendimento do ensino regular para crianças, adolescentes e jovens, mantendo os exames sob responsabilidade dos respectivos Sistemas de Ensino.

No quadro seis, observam-se as LDBs e as idades mínimas correspondentes para os exames supletivos, conforme a análise feita anteriormente.

Quadro 1: Legislação e níveis de ensino

Legislação	Níveis de escolaridade		
	Primário	Secundário	Colegial
LDB 4024/61	Cursos supletivos	Exames de madureza obtenção de certificado de conclusão do curso ginásial 16 anos.	Obtenção de certificado de conclusão do curso colegial 19 anos.
LDB 5692/71 Cursos e exames (certificação).	Primeiro grau		Segundo grau
	Exames supletivos 18 anos.		Exames supletivos 21 anos
LDB 9394/96	Ensino fundamental		Ensino médio
	Exames supletivos 15 anos		Exames supletivos 18 anos

Fonte: Elaborado pela autora

Como já se falou a Educação de Jovens e Adultos, na última LDB, é definida como uma das modalidades da Educação Básica nas etapas do ensino fundamental e médio. Nesse contexto desaparece a denominação Supletiva, sendo substituído por Educação de Jovens e Adultos, o qual já foi explicitado anteriormente.

Mediante este quadro surge então os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) da EJA, “cuja função principal é apoiar os sistemas de Ensino no desenvolvimento de propostas pedagógicas de qualidade, na perspectiva de uma educação para a cidadania” (PARÂMETROS EM AÇÃO, 1999, p. 7).

Essa mudança vem reforçar a necessidade de as autoridades verem a EJA como uma modalidade da educação básica que não tem mais a função de suprir e compensar a escolaridade e sim uma função reparadora, equalizadora e qualificadora, como trata as Diretrizes Curriculares Nacionais.

A função reparadora, que se refere ao ingresso no circuito dos direitos civis, pela restauração de um direito negado; a função equalizadora, que propõe garantir uma redistribuição e alocação em vista de mais igualdade de modo a proporcionar maiores oportunidades, de acesso e permanência na escola, aos que até então foram os mais desfavorecidos; por último a função por excelência da EJA, permanente, descrita no documento como a função qualificadora. É a função que corresponde as necessidades de atualização e de aprendizagem contínuas, próprias da era em que nos encontramos. (SOARES, 2002, p. 13)

Assim, com base nas políticas educacionais surge a necessidade de as escolas assumirem o seu verdadeiro papel na formação integral do indivíduo, trabalhando uma proposta curricular voltada para as necessidades de seus alunos.

2.1 Evasão Escolar na Educação De Adultos

A evasão escolar é um problema que se perpetua há décadas dentro da educação brasileira, é um fenômeno muito antigo e persiste desde a década de trinta, sendo uma das mais graves consequências da falta de uma política educacional eficiente.

Nos dias atuais as consequências da evasão escolar têm sido drásticas, seus resultados não são positivos, apesar de surgir atualmente novas políticas de incentivo em vários campos para os jovens e adultos; qualificação profissional na área dos vários níveis do ensino; assistência e acompanhamento às instituições escolares; auxílio às famílias carentes e materiais didáticos.

A cada dia nas escolas aparece mais um índice de evasão, isso pode ser atribuído a desestrutura familiar, a prostituição, trabalho, metodologia do professor, escola despreparadas e os conteúdos que para a maioria não tem nenhuma significação.

“Na maioria das causas da evasão escolar a escola tem responsabilidade de atribuir à desestruturação familiar, e o professor e o aluno não têm responsabilidade para aprender, tornando-se um jogo de empurra” (ARROYO, 1997, p. 23). Sabemos que a escola atual precisa estar preparada para receber estes jovens e adultos que são frutos dessa sociedade injusta, e para isso é preciso professores dinâmicos, formados, responsáveis, criativos, que sejam capazes de inovar e transformar suas aulas em um momento atrativo e estimulador.

“O professor necessita selecionar os conteúdos que não sejam portadores de ideologias destruidoras de individualidades ou que venham atender aos interesses opostos aos indivíduos” (MENEGOLLA, 1999, p. 28).

De acordo com o ponto de vista do referido autor a seleção de conteúdos é de alto valor pedagógico, que está direcionado aos interesses sociais, culturais e históricos do aluno, para que as aulas sejam significativas e atraentes, que sirvam

para o despertar ideológico, conduzindo-o para o meio social como cidadão crítico, questionador e formador de opiniões.

Portanto a evasão escolar pode existir por influências de vários fatores sociais, culturais, históricos e econômicos.

A escola é uma agência social que promove a aprendizagem dos conhecimentos científicos e, certamente, por isso, a influência da escolarização no desempenho dos sujeitos, que participaram da EJA, deve ser nítida.

As instituições escolares devem estar estruturadas dentro de um processo educativo em todos os aspectos quantitativos e qualitativos, contínuos e espontâneos que possam preparar cada cidadão socialmente dentro de todos os aspectos morais e intelectuais não se preocupando apenas na aquisição do domínio de ler, escrever e contar, mas no desempenho pessoal e coletivo, com vista à construção de uma sociedade mais justa.

Nesta visão de escola renovada, o ensino para jovens e adultos merece uma atenção específica, a partir da seleção de seus currículos formulados dentro da contextualização coletiva, podendo abrir espaços e novas perspectivas de saberes integrando os conhecimentos científicos. A ela se dirigem jovens e adultos com suas múltiplas experiências de trabalho, de vida e de situação social.

Estes espaços chamados escola são os locais que deveriam estar preparados para atender estes alunos. A escola atual não foi pensada como escola de EJA, por isso, precisa preparar-se para facilitar o acesso e a permanência do adulto.

Para que as escolas possam adequar-se para receber estes alunos elas têm que ter autonomia e precisam ser respeitadas em diferentes contextos e propostas. Cada escola tem sua história e encontra-se em determinado tempo institucional, que é necessário que seja respeitado.

É claro que a responsabilidade e o compromisso com a EJA não são só da escola, e Soares (2002, p. 109) confirma isso quando coloca que:

[...] a EJA deve ser um compromisso de institucionalização como política pública própria de uma modalidade dos ensinos fundamental e médio e conseqüente ao direito público subjetivo. E é muito importante que esta política pública seja articulada entre todas as esferas de governo e com a sociedade civil a fim de que a EJA seja assumida, nas suas três funções, como obrigação peremptória, regular, contínua e articulados sistemas de

ensino dos Municípios envolvendo os Estados e a União sob égide da colaboração recíproca.

Esse é o caminho, “pois a escola pública é também um espaço de gestão democrática e, por isso, deve estabelecer mecanismos de participação do povo organizado na definição e controle da política educacional “(GADOTTI; ROMÃO, 2006, p. 121).

Portanto devemos entender a escola como um conjunto de pessoas que estão aptas a desenvolverem atividades organizadas, visando alcançar determinados resultados, tendo como alvo principal o aluno.

2.2 Aprendizagem significativa

Um dos entraves que apresenta o processo educativo de jovens e adultos no Brasil, é a desconsideração por parte dos professores das especificidades geracionais de cada fase da vida adolescência – juventude e maturidade, que não leva em conta as relações entre a educação e o mundo do trabalho, a cultura, a opressão e os movimentos sociais que exigem a aplicação de estratégias pedagógicas, diferentes das utilizadas na educação infantil ou no ensino médio regular.

A população da EJA, segundo Arroyo (2005) caracteriza-se por possuir uma identidade coletiva; ser pobre; ser desempregado; participar da economia informal; ser negro; estar nos limites da pobreza e pertencer a camadas populares.

Essa população tem a sua especificidade cultural, porém não há homogeneidade já que possuem singularidades em suas estratégias de conhecimento e aprendizagem relacionadas com a sua vivência própria, contrapondo-se as características que Arroyo cita, pois, a realidade da EJA no Brasil é diversificada: com várias etnias, culturas, classe social e aspectos econômicos diferentes

Esse perfil exige uma teoria pedagógica que se enriquece com a própria EJA, assim as teorias e alternativas para a EJA devem caminhar na contramão da infância (foco principal dos cursos de formação de professores), dando ênfase a um trabalho diferenciado, pois para compreender um conteúdo qualquer, o jovem e/ou o adulto precisam relacionar este com o conhecimento prévio que ele tem a partir de sua própria experiência.

Dentre as teorias pedagógicas que podem contribuir para melhorar a qualidade do ensino na EJA, encontra-se a Teoria da Aprendizagem Significativa desenvolvida por Ausubel.

Para Ausubel, aprendizagem significativa é um processo por meio do qual uma nova informação relaciona-se com um aspecto especificamente relevante da estrutura de conhecimento do indivíduo (MOREIRA, 1999, p.153).

3 METODOLOGIA

A coleta de dados foi realizada em dois momentos, utilizando os seguintes Instrumentos de Coleta de Dados (ICD): Uma entrevista semiestruturada com 8 alunos evadidos e um questionário misto com todos os professores localizados das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática (APÊNDICE B).

O ICD 1 (entrevista) constou de 13 questões, que permitiram aferir dados referentes às causas da evasão na visão do aluno evadido e foi composto em três partes.

A primeira parte permitiu coletar dados referentes às características pessoais do aluno evadido. Na segunda parte obtivemos dados referentes à percepção do aluno, com relação à metodologia do professor e às avaliações. Na terceira coletaram-se dados a respeito dos recursos humanos da escola.

Para aplicação do ICD 1 a pesquisadora localizou no mês de novembro de 2007 os alunos evadidos através dos endereços fornecidos pela escola. Inicialmente teve um diálogo informal com cada um explicando o objetivo da pesquisa. No segundo encontro, os sujeitos foram convidados a responder oralmente. Todas as entrevistas foram gravadas pela pesquisadora, acompanhadas de anotações gerais e imediatamente transcritas e analisadas.

As respostas dos alunos evadidos foram agrupadas primeiramente por questão e posteriormente por aspectos convergentes e divergentes, levantando-se as categorias dos motivos que os levaram a evadir-se da escola. A análise dos dados coletados na entrevista realizou-se utilizando o método da Análise de Conteúdo (AC), baseado em Bardin (apud TRIVIÑOS, 2006, p. 160)

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

Nesta fase da pesquisa tivemos dificuldades para localizar os alunos evadidos, principalmente os de 2003, fato que não permitiu realizar o pré-teste de avaliação do instrumento de pesquisa.

O ICD 2 (questionário) teve como objetivo identificar as causas que contribuem para o índice de evasão dos alunos na visão dos professores das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, o mesmo era composto de três partes. Com o intuito de verificar a factibilidade do ICD 2 foi aplicado um pré-teste a seis professores (03 de Matemática e 03 de Língua Portuguesa), constatando-se que o mesmo não precisava de nenhuma modificação.

A primeira parte permitiu coletar dados relacionados à vida profissional dos professores e também ao planejamento de ensino. Na segunda parte conseguimos obter informações referentes à percepção dos professores com relação à aprendizagem dos alunos. Já na terceira, obtivemos dados a respeito da escola e do corpo administrativo e pedagógico, na visão do professor.

Para a aplicação do ICD 2, a própria pesquisadora localizou os professores do período, teve uma conversa informal sobre a importância do questionário para o desenvolvimento e o andamento da pesquisa e da real necessidade de conhecer a visão do professor sobre o problema da pesquisa. Logo após entregou e aguardou o preenchimento do mesmo tirando algumas dúvidas e dialogando, às vezes, sobre a problemática.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Esta análise inicia-se com a caracterização dos 08 alunos evadidos (AE) que participaram na pesquisa e a seguir apresenta os dados analisados que remetem ao objeto da pesquisa e que constituem as categorias gerais. A análise e discussão dos dados coletados é qualitativa.

O diagnóstico inicial, resultado da análise das questões, relacionadas com a idade, o trabalho e a escolaridade na época da evasão (questões 1,2, 3 e 4) entre os AE entrevistados da 1ª e 2ª séries foi o seguinte:

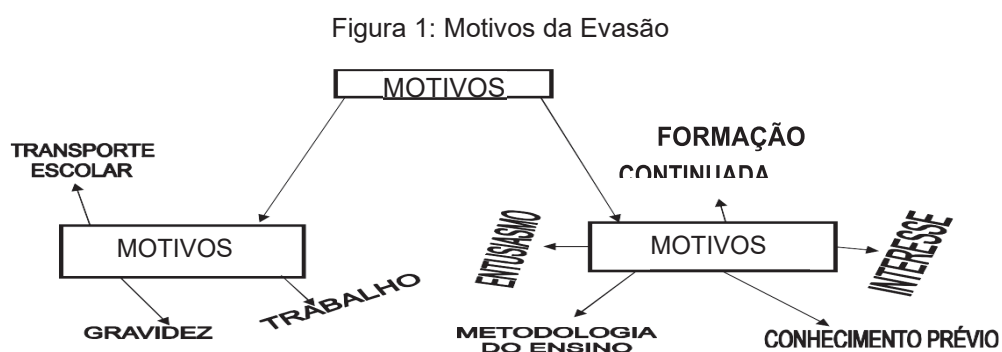
O 100% dos AE da 1ª e 2ª séries tinham idade igual ou superior a 18 anos na época da evasão e não ultrapassavam de 25 anos, demonstrando uma distorção em idade série pequena e, 100% dos AE da 1ª série trabalhavam.

Já os alunos de 2ª série 50% deles trabalhavam e os outros 50% não trabalhavam. No que concerne à escolaridade: os AE2003.1 e AE2006.1 estão matriculados e cursando o 2º ano; os AE2004.1 e AE2005.1 concluíram o 3º ano, o aluno do ano de AE2003.2 está cursando a universidade e, os de AE2004.2, e AE2005.2 e AE2006.2 estão parados, não retornaram à escola.

Destaca-se que quase o 50% dos alunos que não retornaram à escola são da 2ª série (AE 2004.2, AE 2005.2 e AE2006.2) o que coincide com o 50% dos alunos da 2ª série que não trabalham e que se encontram numa faixa etária (entre 18 e 25 anos), onde ainda existe a possibilidade de concluir o ensino médio e ter acesso à educação profissional.

É importante relembrar que a escola, onde realizou-se a pesquisa, é a única que oferece o Ensino Médio no município de Rorainópolis, e que a procura da escola no início do ano letivo é excelente, chegando a ter trinta alunos em cada sala, sendo que após o primeiro mês de aula os alunos se evadem sem nenhuma justificativa.

Daí o questionamento sobre os motivos da evasão, objeto da presente pesquisa: no que se refere aos motivos que o levaram a evadir-se. Percebe-se que eles atendem a dois tipos que podem ser caracterizados como motivos externos e motivos internos.



Fonte: Elaborado pela autora

Estes resultados relacionados à evasão escolar têm mostrado o transtorno que acarreta a toda classe educacional, social, política e cultural, principalmente no tão almejado ensino para Jovens e Adultos, onde a maioria sente necessidade de voltar ao banco da escola, na tentativa de resgatar o tempo perdido e para ter melhor qualidade de vida, tanto no setor econômico e financeiro, como para também saber orientar seus filhos a estarem preparados para competir no mercado de trabalho.

A entrevista nos mostra nas entrelinhas que os currículos escolares devem estar dentro do contexto social, tornando-se dependente um do outro e que a inexistência o torna insignificante para o aluno, fazendo com que ele tenha uma sensação de que o mundo da escola é outro completamente diferente da realidade social a qual ele pertence,

4.1 O que dá certo na Educação de Jovens e Adultos?

Misturar as disciplinas – já que no mundo elas não estão separadas-, integrar os alunos na vida escolar e usar a experiência deles em sala. Essas são algumas das chaves para você abrir as portas da escola aquela que demoraram tanto para chegar até ela. (CAVALCANTE, 2005, p. 50).

Para o aluno o mundo da escola não pode ser dividido por disciplinas como fossem tijolos, que ao construir uma casa, o pedreiro tem que colocar um a um. Ou seja, relacionar os conteúdos, fazer um trabalho interdisciplinar e conhecer as dificuldades dos alunos é progredir no processo ensino aprendizagem e dar uma resposta que este necessita para o seu desenvolvimento social, histórico e econômico.

A escola pode ainda prejudicar o aluno, não levando em consideração suas características particulares, como: sua maturidade, seu ritmo pessoal, seus interesses e aptidões específicos, seus problemas nervosos e orgânicos.

O aluno evadido, durante a entrevista, ressalta que os professores deveriam participar de capacitações (cursos) direcionadas a EJA. Sabemos que a formação didática dos professores é pressuposta que a escola tem para dar um suporte ao processo ensino aprendizagem, mas ela tem sido neutra, contribuindo muitas vezes para que o professor não participe de atividades que venha dar enriquecimento

pedagógico para sua formação, pois com este enriquecimento elevai estar preparado para direcionar o planejamento de suas aulas, relacionando os conteúdos estudados ao cotidiano dos alunos.

No entanto, a falta estrutura de algumas escolas, no sentido físico e humano; a falta de motivação dos professores ao ministrar as aulas; e a falta de interesse e entusiasmo por parte dos alunos, que chegam cansados do trabalho e tem que enfrentarem a escola que não oferece um estímulo para que este continue a frequentar o ambiente escolar, não tem contribuído para a permanência do aluno na escola.

Portanto sentimos a necessidade de resgatar o aluno evadido, pois sabemos que a educação é fundamental para a vivência dele na sociedade. Muitos obstáculos a aprendizagem têm origem familiar e individual, mas seus efeitos negativos sobre o trabalho do aluno, podem ser minimizados ou anulados, se o professor e a escola procurarem compreender e levar em consideração esses obstáculos, buscando sua superação.

Dentro da escola existem inúmeros fatores que podem afetar a aprendizagem: o professor; as relações entre os alunos; os métodos de ensino; o ambiente escolar; a falta de recursos didáticos e os conteúdos distanciados da realidade.

Certas qualidades do professor, como paciência, dedicação, vontade de ajudar e atitude democrática facilitam a aprendizagem, e levam o aluno a gostar de frequentar a escola e não se evadir.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema “Causas da evasão dos alunos de 1º e 2º séries do 3º segmento da Educação de Jovens e Adultos na escola de Ensino Médio no município de Rorainópolis do Estado de Roraima”, foi desenvolvida entre o período de fevereiro 2007 a maio de 2008.

A pesquisa, com método dialético, foi do tipo quali-quantitativo com abordagem metodológica no estudo de caso e que permitiu a participação de 8 alunos evadidos, sendo 4 de 1º série e 4 de 2º série e 10 professores da disciplina de matemática e 10

professores de Língua Portuguesa. Os ICD (análise documental, entrevista semiestruturada e questionário misto) serviram para identificar, descrever, e analisar as causas da evasão.

A triangulação proposta para a análise de todos os instrumentos de Coletas de Dados, que serviram para confirmar ou refutar os questionamentos com relação a pesquisa. O objetivo da triangulação foi o de mapear a dinâmica adotada pela discussão realizada. As hastes do triângulo sustentam as bases teóricas e epistemológicas da pesquisa: A historicidade da Educação de Jovens e Adultos; a teoria sobre a evasão escolar, sobre aprendizagem significativa de David Ausubel; as ações dos Andaimos, compreendidos como ajudas são os ICD.

Portanto, essa tríade forneceu elementos para análise dos ICD e para chegarmos ao resultado do tema, o qual compõe o centro do triângulo. Pode-se verificar os dados que estão do lado esquerdo, onde constam as causas da Evasão, na visão do aluno; os que estão do lado direito são as causas da evasão na visão do professor e; os dados do centro são as causas que coincidiram na visão do aluno e do professor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In SOARES, Leôncio (org.): Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRASIL. Conselho Estadual de Educação de Roraima – C.E.E./RR. Parecer nº111/07.

_. Ministério de Educação e Cultura-MEC. Lei nº 4024/61. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961.

_. Ministério de Educação e Cultura-MEC. Lei nº 5692/71. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1976

_; Ministério de Educação e Cultura-MEC. Lei nº 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal. Centro Gráfico, 1998.

CAVALCANTE., Meire O que dá certo na Educação de Jovens e Adultos Nova Escola. São Paulo: agosto de 2005, p. 50.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta. 8. ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2006.

MENEGOLLA, M. Didática: aprender a ensinar. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1999.

MOREIRA, M.A. Aprendizagem significativa. Brasília. Editora Universidade de Brasília. (1999)

SOARES, L. José Gomes. Educação de jovens e adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

TRIVINOS, A. N. Silva, Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. 1. ed. reimp. São Paulo: Atlas, 2006.